

A CASTRAÇÃO QUÍMICA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Paulo Precioso Vargas
Robson Paiva Ribeiro de Sá

RESUMO

O objetivo desse estudo é demonstrar a inconstitucionalidade da aplicação da castração química como pena no Brasil, considerando o embate entre a Autonomia da Vontade das partes e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Logo, o trabalho visa apresentar o princípio da Autonomia da Vontade das Partes como fundamento para autorizar tal medida como tratamento voluntário. E ao final, mostrar, que a legislação brasileira não carece de novas leis, com o intuito de diminuir a reincidência dos crimes natureza sexual. Portanto, a legislação brasileira já possui mecanismos de punição para tal delito, como prevê o artigo 213 do Código Penal Brasileiro e também a medida de segurança para o delinquente com problemas mentais.

Palavras-chave: Castração química, Princípios Constitucionais e a medida de segurança.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desse trabalho é analisar o que é a castração química e a inconstitucionalidade de sua aplicação como pena no Brasil, refletindo acerca da inconstitucionalidade do projeto de Lei nº 5398/13, do Dep. Jair Bolsonaro, o qual pretende introduzir na legislação Brasileira a imposição da castração química como pena.

O respectivo trabalho visa observar os fundamentos e inconstitucionalidade dessa intervenção, ou seja, a castração como pena, analisando se essa medida seria um direito baseado na autonomia da vontade das partes ou uma imposição para o condenado como uma pena.

Contudo, se o agente criminoso não obtiver melhoras, ou for considerado perigoso para a sociedade, deve-se impor ao criminoso a Medida de Segurança em caráter de internação, respeitando os requisitos previstos para a declaração desta.

METODOLOGIA

Pesquisa teórico-bibliográfica que busca fundamentar a inconstitucionalidade da aplicação da castração química como pena com base no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

DESENVOLVIMENTO

1 Conceito e efeitos da castração química

O tratamento de supressão hormonal é realizado com o emprego de hormônios femininos, sendo o Depo- provera o hormônio mais comum e utilizado entre eles. Esse medicamento tem a finalidade de reduzir a libido do paciente, fazendo com que ele não tenha mais o desejo sexual. Esse tratamento é conhecido também pelo nome de "castração química".

A castração química é diferente da castração cirúrgica, pois esta é um procedimento definitivo, irreversível, onde é seccionado os ductos do esperma no escroto, enquanto aquela é um tratamento a base de medicamentos, sendo portanto temporária e reversível.

Logo, o tratamento de supressão hormonal, poderá ser feito de duas maneiras, a primeira ocorrerá com aplicações mensais de injeção a base de hormônio, já o outro método, seria por meio de consumo diário de pílulas, compostas por uma substância conhecida como acetato de ciproterona, a qual irá agir como inibidora do desejo sexual.

Os efeitos do tratamento de supressão hormonal inicia - se quando os níveis de progesterona se assemelham com a testosterona. Logo, os níveis de hormônio no sangue são regulados, gerando um efeito negativo. Portanto, gerará no organismo do paciente a incapacidade de sentir atrações sexuais.

A castração química é um procedimento reversível, pois, quando interrompida a medicação, o paciente volta a produzir normalmente os níveis de testosterona. Mas, como todo medicamento controlado, esse também irá gerar alguns efeitos colaterais, como aumento de peso, fadiga, hipertensão, hipoglicemia, trombose, leve depressão, dentre outros.

2 A inconstitucionalidade da medida de castração química

A medida será considerada inconstitucional, se for imposta como pena pelo Estado. Isso porque a Constituição Federal, com base no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, veda qualquer tipo de pena que se utiliza de métodos de tortura, degradantes ou desumanos. Logo, é também proibido métodos cruéis como pena no Brasil, sendo assim, observa-se que, a castração química se empregada como pena, constituirá um método cruel de punição para o criminoso. Para tanto, esta proteção Constitucional está prevista no art.1º, inciso III da CF/ 88 que diz:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III- a dignidade da pessoa humana; (CF, 1988).

Alexandre de Moraes diz que:

A dignidade da Pessoa Humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. O direito à vida, à intimidade, à honra, à imagem, entre outros, aparece como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da república federativa do Brasil. (Moraes, 2002, p. 129)

2.1 Princípio dignidade da pessoa humana

Algumas manifestações surgiram e tornaram-se pioneiras, em prol dos direitos naturais, como os revolucionários franceses em sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789 que por consequência inspirou a Declaração Universal dos Direitos Humanos instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948, e como a Lei Fundamental de Bonn, de 23 de maio de 1949, em que, no seu art. 1.1., declara: *“A dignidade do homem é intangível. Os poderes públicos estão obrigados a respeitá-la e protegê-la”*, culminando como princípio fundamental para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, hoje esse princípio encontra-se no texto Constitucional, Art. 1º, III, da CF/88.

A pretensão inicial de se consagrar a dignidade da pessoa humana é considerar o homem como o centro das relações jurídicas, levando-se em conta a subjetividade que cada qual é revestido, individualmente, mas dotado de universalidade, tendo o Estado como garantidor deste princípio para que, por consequência, se olvide a manifestar a autonomia da vontade, coberto de garantias inerentes a não depreciação do indivíduo.

A afirmação valorativa do homem enquanto ser racional atribui-se inicialmente ao idealismo alemão de Immanuel Kant (2004, pág 200), em que a dignidade é algo inerente ao indivíduo, *“(...) quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade”*. Segundo Kant, todos gozam dessa autonomia, na medida em que cabe ao Estado assegurar tal assertiva.

2.2 Princípio da individualização da pena

Este é um Princípio Constitucional fundamental, previsto no art. 5º inciso XLVI da CF, no qual, garante ao agente infrator, que encontra-se em situação diversa, um tratamento diferenciado na aplicação de sua pena, portanto, mesmo que dois agentes, tenham praticado crimes idênticos, deve-se levar em consideração, os três momentos da individualização da pena, a individualização legislativa, a individualização judiciária e a individualização na execução da pena. Para isso, deverá ser observado a culpabilidade do agente infrator, para que seja dada uma pena mais justa e humana. Para tanto, esse princípio reforça a ideia de que a castração química como pena será considerada inconstitucional.

Segundo Rogério Greco:

Interpretando o texto constitucional, podemos concluir que o primeiro momento da chamada individualização da pena ocorre com a seleção feita pelo legislador, quando escolhe para fazer parte do pequeno âmbito de abrangência do Direito Penal aquelas condutas, positivas ou negativas, que atacam nossos bens mais importantes. Destarte, uma vez feita essa legislação, o legislador valora as condutas, cominando-lhes penas que variam de acordo com a importância do bem a ser tutelado. (GRECO, p. 69, 2011).

Já o Doutrinador MIRABETE, diz:

Com os estudos referentes à matéria, chegou-se paulatinamente ao ponto de vista de que a execução penal não pode ser igual para todos os presos- justamente porque nem todos são iguais, mas sumamente diferentes- e que tampouco a execução pode ser homogênea durante todo o período de seu cumprimento. Não há mais dúvida de que nem todo preso deve ser submetido ao mesmo programa de execução e que, durante a fase executória da pena, se exige um ajustamento desse programa conforme a reação observada no condenado, só assim se podendo falar em verdadeira individualização no momento executivo. Individualizar a pena, na execução, consiste em dar a cada preso as oportunidades e os elementos necessários para lograr a sua reinserção social, posto que é pessoa, ser distinto. A individualização, portanto, deve aflorar técnicas e científica, numa improvisada, iniciando-se com a indispensável classificação dos condenados a fim de serem destinados aos programas de execução mais adequados, conforme as condições pessoais de cada um. (MIRABETE, p. 60/61, 1997).

3 A possibilidade da aplicação da medida como tratamento voluntário

A castração química como um ato voluntário, baseia-se no Princípio da Autonomia da Vontade das Partes, já se aplicada como pena fere o Princípio da Dignidade da pessoa Humana. Percebe-se, que são dois casos bem distintos no qual temos no primeiro um ato de disposição de própria vontade e no segundo um ato de imposição, não havendo, portanto, conflito entre eles.

Por outro lado, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, por se tratar de um direito fundamental, é irrenunciável, portanto, a utilização da castração química mesmo que como ato voluntário dentro de um certo contexto, gerará um conflito entre princípios (Dignidade da Pessoa Humana X Autonomia da Vontade) que deverá ser analisado com base na ponderação/relativização diante de um caso concreto, tendo em vista, que não há princípio absoluto, e que tal tratamento é reversível.

4 Mecanismos de punição para os delitos sexuais

4.1 Código penal

O Código Penal em seu artigo 213 e seguintes prevê a tipificação penal para o delito de estupro, logo a castração química como pena seria uma forma de punir o agente criminoso duas vezes pelo mesmo crime, o que geraria o *bis in idem* fenômeno proibido pelo direito penal brasileiro.

4.2 medida de segurança

A medida de segurança diferente da pena é aplicada, quando o criminoso for considerado inimputável ou semi-imputável, sendo, portanto o fundamento da internação quando houver periculosidade do agente. Percebe-se com isso que há vários mecanismos para combater os autores de delitos sexuais protegendo, assim, a sociedade. Logo, a medida de castração não seria necessária, tendo em vista, que a medida de segurança destina-se a cura, tratando o agente criminoso por prazo indeterminado até que cesse sua periculosidade. Diferente da castração química,

que se tratada como pena terá prazo para acabar, sendo assim o agente poderá voltar a delinquir frustrando tal medida.

4.3 A medida de segurança não é prisão perpétua

Segundo entendimento de doutrinadores consagrados, a medida de segurança de internação não tem prazo máximo previsto, logo, essa não previsão levou ao entendimento de grande parte da doutrina em dizer que essa omissão da lei é inconstitucional, pois fere o princípio constitucional que veda a prisão perpétua.

Sendo assim, o STJ, vem se posicionando no sentido de não aceitação de cumprimento de medida de segurança superior a pena aplicada ao agente. Nesse, sentido foi posicionamento da Ministra Maria Tereza de Assis Moura no (HC - 130.162- SP), julgado em 02/08/12, STJ, dizendo em seu relatório, que:

A medida de segurança aplicada em substituição a pena privativa de liberdade seria uma ofensa a coisa julgada se sua duração não ficasse adstrita ao tempo de cumprimento de pena privativa de liberdade estabelecida na sentença condenatória.

Sendo assim, observando o princípio jurídico da proporcionalidade, o STJ decidiu que extrapolado o prazo de cumprimento de pena, deverá cessar a intervenção do Estado na esfera Penal, configurando constrangimento ilegal a manutenção da Medida de segurança, independentemente da cessação da periculosidade do paciente.

Ainda que não cessada a periculosidade do paciente, atestada por meio de exame psiquiátrico pericial. Em situação de periculosidade mantida devido a presença de doença mental, e necessitando o paciente de tratamento psiquiátrico, o MP poderia solicitar a interdição do paciente perante o juiz cível, se necessário a sua proteção ou da sociedade, com base no art. 1767 e seg. do CC, e art. 2º da lei 10216/01.

Como se pode observar, o STJ fundamenta sua decisão no princípio da proporcionalidade, alegando que não pode haver excesso no cumprimento de pena, tendo em vista que, o direito de punir do Estado, não poderá superar a gravidade do delito. Logo, diz que havendo indícios de periculosidade do agente, ou seja, não cessada, o Estado deve se valer do Código Civil e não mais do Penal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sendo assim, observa-se que o emprego da castração química no Brasil como pena é inconstitucional, mas, se essa medida for realizada como tratamento voluntário, será considerada constitucional.

Portanto, além do Brasil proibir penas cruéis e desumanas, como no caso da pena de castração química, a legislação não carece de penas dessa natureza, para punir ou controlar crimes de natureza sexual. Pois, a legislação brasileira já possui outros mecanismo de controle, como a Medida de segurança citada acima, que serve para controle dos criminosos que não tem nenhum tipo de melhora da sua doença com os medicamentos tradicionais. Contudo, quando aplicada a Medida de segurança, essa deverá respeitar o limite temporal imposto pela pena, só podendo ser prorrogada, se declarada a incapacidade do agente pelo Juiz Civil.

Com isso, conclui-se, que a aplicação da castração química como pena, será considerada flagrantemente inconstitucional, mas, se for disponibilizada como tratamento, não ferirá a hermenêutica constitucional, tendo em vista a consonância com o princípio da Autonomia da Vontade. Portanto, não faltam leis, mas sim um maior controle e fiscalização na aplicação e execução das normas já existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado tem que adotar medidas adequadas com o intuito de retribuir e ressocializar o delinquente, aplicando normas existentes no ordenamento jurídico Brasileiro, ou seja, deve identificar se o criminoso que praticou o crime de estupro cometeu por um desvalor moral ou se o fez por uma perturbação mental. Caso, tenha cometido por um desvalor moral, deve ser punido severamente pelo crime, ou se praticou por uma perturbação mental, este deverá ser tratado pelo Estado como um doente, portanto, o delinquente neste caso deverá ser submetido a uma medida de segurança, com a finalidade de cura e não ser submetido a uma imposição de pena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,votacao-sobre-castracao-quimica-e-adiada-no-senado,436002,0.htm>. Acesso em: 14/ 03/ 2014.

BALTIERI, D. A. Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais. Faculdade de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, 2007. disponível em :

<http://psiquiatria.incubadora.fapest.br/portal/post/disciplinas/aulas/mps5737/aula-5-9-2007/danilo%20baltieri.ppt/view>. Acesso em 03 fev de 2014.

BITTAR, C. A. **Os direitos da personalidade**. 4ª ed. rev. atualizada por Eduardo Carlos, Bianca Bittar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Emenda nº VIII, traduzida <http://jus.com.br/artigos/9823/castracao-quimica-para-autores-de-crimes-sexuais-e-o-caso-brasileiro> (art. 645 do código penal da Califórnia) 20/04/2014.

DANILO BALTIERI fala sobre a castração química. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ambulatorio-do-abc-realiza-castracao-quimica-de-pedofilos,65397,0.htm>. Acesso em: 14/02/2014.

D'URSO, L. F. B. - Presidente da OAB/SP, em Nota Pública, de 25 de out de 2007. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2007/10/25/4494/> acesso em: 22/03/2014.

EUA -, Disponível em: <http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>. Acesso em: 22/02/2014.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: Introdução á teoria geral da parte especial: crime contra a pessoa**. 8ª. ed. Niterói: Impetus., 2011.

GOMES, O. **Introdução ao Direito Civil**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

HEIDE, M. P. Castração Química Para Autores de Crimes Sexuais e o caso Brasileiro. 2007. Disponível em:

<http://www.direitopenalvirtual.com.br/artigos/leiamais/default.asp?id=114>. Acesso em: 08/01/2014

LOSSOW, J. F. **Anatomia e fisiologia humana**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

MIRABETE, J. F. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 1997.

MORAES, A. de. **Direito constitucional**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NOVELINO, M. **Direito Constitucional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forence, 2011.

NUCCI, G. de S. **Manual de processo penal e execução penal**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2120232CCDEB871821C01CE0B1FC16AD.proposicoesWeb2?codteor=1078354&filename=PL+5398/2013 C. Acesso em: 4/ 03/ 2014

SILVA, M. M. L. **Crimes da era digital**. Net, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>. Acesso em 28 nov. 2013.

TAVARES, F. H. **Constituição, direito e processo**. 6ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

ZAFFARONI, E. R. PIERANGELI, J. H. **Direito Penal Brasileiro. Parte Geral**. 6ª Ed. São Paulo: RT, 2006.